



VOZES DO NORTE DE MOÇAMBIQUE



www.cddmoz.org

Sábado, 8 de Fevereiro de 2025 | Ano 4, n.º 06 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

TERRORISMO E EXTREMISMO VIOLENTO EM CABO DELGADO:

A Escalada de Ataques em Meluco, Montepuez e Mocímboa da Praia e Seus Efeitos na Segurança e Direitos Humanos



Introdução

O conflito armado em Cabo Delgado, que devasta a província desde 5 de Outubro de 2017, continua a se alastrar para novas regiões, com destaque para o distrito de Meluco. Recentemente, circulou in-

formação sobre a presença de garimpeiros ilegais nas minas de Ravia, no centro de Cabo Delgado, onde ocorreram ataques violentos que resultaram em mortes e decapitações. Esses eventos reflectem a continuidade da violência

protagonizada por grupos extremistas violentos, ampliando a sua actuação na província e exacerbando o clima de insegurança. As autoridades moçambicanas, apoiadas pelas forças do Ruanda, têm tentado conter esses ataques, mas o impacto sobre a população local e os di-

reitos humanos permanece grave. Este texto visa analisar a escalada da violência em Meluco e as suas consequências para as comunidades, incluindo o aumento de casos de violação de direitos humanos, a instabilidade económica e os desafios da resposta do Estado.

A Escalada de Violência e o Medo nas Comunidades Locais

A violência em Cabo Delgado tem-se intensificado de forma alarmante nas últimas semanas, com uma série de ataques coordenados por extremistas violentos. Na última semana de Janeiro de 2025, a província foi abalada por um ataque na zona de Ravia, no distrito de Meluco, onde seis jovens da aldeia de Namoro foram decapitados enquanto realizavam actividades de garimpo ilegal numa mina de ouro¹. Este ataque gerou pânico e uma sensação generalizada de insegurança entre os moradores de Meluco e de áreas vizinhas, como Montepuez, que frequentemente enviam jovens para explorar ouro na região². Embora o garimpo de ouro seja uma importante fonte de renda para muitos, ele tem-se tornado uma actividade de risco crescente, especialmente com a presença de grupos extremistas que têm como alvo os garimpeiros ilegais.

Este evento em Ravia não é isolado. De acordo com moradores locais, o ataque na última semana de Janeiro de 2025 foi o terceiro em menos de um ano, envolvendo garimpeiros da região de Montepuez. Embora as duas primeiras incursões, ocorridas em anos anteriores, não tenham resultado em mortes, o ataque recente foi muito mais violento, reflectindo a crescente radicalização e a expansão das operações dos extremistas na província. A população de Meluco-sede e a do posto administrativo de Muaguide, por exemplo, vivem agora sob a constante ameaça de novos ataques, com as actividades económicas e administrativas sendo realizadas sob um clima de medo e incerteza³.

Nos primeiros dias de Fevereiro de 2024, outras áreas da província, como a aldeia de Nico-

cue, no distrito de Montepuez, também foram alvo de ataques. Na madrugada do dia 3 de Fevereiro, insurgentes ligados ao Estado Islâmico atacaram a aldeia, saqueando casas e espalhando medo entre os moradores. Embora não tenha havido vítimas mortais, o ataque gerou um clima de tensão na região, com a população em alerta, temendo novos ataques. No dia anterior, 2 de Fevereiro, o grupo extremista reivindicou um ataque à aldeia de Mitope, em Mocímboa da Praia, onde apreenderam armas e incendiaram cerca de 20 casas e lojas, deixando a população local em estado de pânico.

Esses ataques são parte de uma sequência de acções violentas realizadas pelos extremistas que continuam a desafiar as forças de segurança moçambicanas, mesmo após as declarações do antigo Presidente Filipe Jacinto Nyusi, que alegou que os terroristas estavam desarticulados e em fuga. Em 26 de Janeiro de 2025, um novo ataque ocorreu no posto administrativo de Pundandar, a cerca de 50 km da sede do distrito de Palma. Durante este ataque, um idoso foi morto e a sua residência incendiada, marcando mais uma violência brutal contra a população civil. Esse ataque seguiu-se a outro incidente em 20 de Janeiro de 2025, quando extremistas incendiaram um camião carregado de arroz na Estrada Nacional N380, que liga o norte de Cabo Delgado ao resto da província⁴.

Esses incidentes em Meluco, Montepuez e Mocímboa da Praia ilustram a contínua expansão dos ataques extremistas em Cabo Delgado, com as forças de segurança moçambicanas e as de Ruanda lutando para conter a violência. No en-

¹ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/37846?amp=1>

² Idem.

³ <https://mozanorte.blogspot.com/2025/02/cabo-delgado-apos-decapitacao-em-ravia.html?m=1>

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/Recrudescimento-dos-Ataques-Aumenta-Incertezas-sobre-Retoma-do-Projecto-Mozambique-LNG-Liderado-pela-TotalEnergies.pdf>

tanto, a situação continua a se deteriorar, com um ciclo de ataques sistemáticos e uma escalada no uso da violência contra civis, colocando em risco a vida de milhares de pessoas e exacerbando a crise humanitária em Cabo Delgado. A pre-

sença crescente de extremistas e a falta de uma resposta eficaz do governo moçambicano e das forças internacionais agravam o clima de medo e incerteza, tornando a província ainda mais vulnerável às acções violentas dos extremistas.

O RAPTO DE CRIANÇAS:

Uma Grave Violação dos Direitos Humanos

Além da violência contra adultos, Cabo Delgado tem visto um alarmante aumento nos casos de rapto de crianças, um fenómeno que tem sido denunciado por organizações internacionais, como o UNICEF. Este órgão das Nações Unidas expressou, recentemente, através de um comunicado, grande preocupação com o crescente número de crianças raptadas por grupos armados não-estatais, particularmente em Mocímboa da Praia. O UNICEF revelou que no dia 23 de Janeiro de 2025, sete crianças foram raptadas por extremistas violentos em Mocímboa da Praia, uma das áreas

mais afectadas pelos conflitos em Cabo Delgado.

Além de sofrerem os efeitos directos da violência, essas crianças são privadas dos seus direitos mais básicos, como a educação e o acesso à saúde. A utilização de crianças em conflitos armados constitui uma grave violação dos direitos humanos e desafia as normas internacionais, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse fenómeno reflecte a profundidade da crise em Cabo Delgado, onde a segurança e os direitos fundamentais das crianças estão sendo sistematicamente violados.

A Resposta das Forças de Segurança e os Desafios para a Estabilidade Regional

A resposta das forças de segurança moçambicanas e de outros países da região, como o Ruanda, tem sido um componente crucial da luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Em 30 de Janeiro de 2025, o Ruanda anunciou o envio de um novo contingente militar para reforçar a segurança na província, em resposta aos ataques coordenados pelos extremistas⁵. As Forças de Defesa do Ruanda (RDF), e a Polícia Nacional do Ruanda (RNP), têm desempenhado um papel de apoio na luta contra os extremistas violentos.

O apoio internacional tem sido considerado essencial para conter o avanço dos grupos extrem-

istas, mas a situação continua a ser desafiadora. Os ataques terroristas, como os incidentes ocorridos em Pundanhar, a cerca de 50 quilómetros de Palma, em 26 de Janeiro de 2025, revelam a capacidade dos extremistas de operar de forma coordenada e eficaz, apesar dos esforços de segurança. O ataque em Pundanhar, que resultou na morte de um idoso e no incêndio da sua residência, demonstra a persistência dos grupos armados em atacar civis e destruir infraestruturas essenciais. Esse tipo de violência não só prejudica as comunidades locais, mas também prejudica a economia da região, interrompendo o comércio e a mobilidade de recursos e bens.

⁵ <https://opais.co.mz/ruanda-vai-enviar-novo-contingente-para-cabo-delgado/>

A IMPOSSIBILIDADE DE DESARTICULAR OS GRUPOS ARMADOS: **Um Desafio para as Autoridades Moçambicanas**

Apesar das declarações do antigo Presidente da República, Filipe Nyusi, que afirmou que os grupos terroristas estavam desarticulados e em fuga, a realidade no terreno reflecte um cenário muito diferente. Em 2025, os ataques continuam a ser uma constante em Cabo Delgado, com grupos extremistas a desafiar as forças de segurança e a criar uma situação de instabilidade prolongada. A falha em desarticular completamente os grupos armados tem levantado sérias questões sobre a eficácia das políticas de segurança implementadas pelo

governo moçambicano e os desafios da cooperação internacional na luta contra o terrorismo.

A instabilidade gerada pelos ataques e pela presença de grupos extremistas violentos em Cabo Delgado não apenas afecta a segurança, mas também coloca em risco a recuperação económica da província e a implementação de políticas de desenvolvimento. A violência e a insegurança dificultam a implementação de projectos de infraestrutura, educação e saúde, essenciais para o bem-estar da população local.

Conclusão

A situação de insegurança em Cabo Delgado continua a ser uma das maiores crises de segurança e direitos humanos em Moçambique. Os ataques coordenados por extremistas violentos têm causado mortes, destruição e deslocamento forçado de comunidades inteiras, desta vez em áreas como Meluco, Montepuez e Mocímboa da Praia. A decapitação de garimpeiros e o rapto de crianças reflectem a gravidade da crise, que envolve não apenas a segurança, mas também graves violações dos direitos humanos.

Apesar dos esforços das forças de segurança e da cooperação internacional, como o envio de contingentes militares do Ruanda, os desafios permanecem. A resposta das autoridades moçambicanas precisa ser mais eficaz e abrangente, incluindo a promoção de políticas de segurança que não apenas combatam os grupos armados, mas também protejam os direitos dos civis, incluindo os direitos das crianças. Cabo Delgado necessita de uma solução política e humanitária duradoura que vá além da mera militarização da região, oferecendo uma resposta mais integrada e sustentável para os desafios que a população local enfrenta.



A decapitação de garimpeiros e o rapto de crianças reflectem a gravidade da crise, que envolve não apenas a segurança, mas também graves violações dos direitos humanos.





Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

